

# **RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Data Base: 31/12/2017**

**INSTITUIÇÃO:** COMPANHIA DE TRANSPORTE URBANOS DA GRANDE VITÓRIA –  
CETURB – GV

**ENDEREÇO:** Av. Jerônimo Monteiro, 96 – Ed. Aureliano Hoffmann, 5º, 6º e 7º  
Andares, CEP: 29010-002, Vitória-ES

**CPNJ (MF):** 28.503.894/0001-51

**AUDITOR RESPONSÁVEL:** I.M.C. ASSES. EMPRES. S/S LTDA.

CRC-ES: 002.498/O-7



Vitória-ES, 27 de março de 2018.

***Senhores Administradores e Acionistas da  
COMPANHIA DE TRANSPORTES URBANOS DA GRANDE VITÓRIA – CETURB – GV  
Av. Jerônimo Monteiro, 96 – Ed. Aureliano Hoffmann, 5º, 6º e 7º Andares  
Centro - CEP: 29010-002  
Vitória-ES***

Prezados Senhores,

Como resultado dos exames de auditoria das Demonstrações Contábeis/Financeiras dessa Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, anexamos o Relatório Circunstanciado de auditoria sobre as demonstrações acompanhado do relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Nossos trabalhos foram desenvolvidos à luz das normas brasileiras e internacionais de auditoria e demais dispositivos legais aplicáveis e compreenderam a análise das contas patrimoniais do Ativo e Passivo e de resultado e do sistema de controles internos objetivando suportar a emissão do Relatório dos Auditores Independentes sobre citadas demonstrações contábeis.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para os esclarecimentos e/ou orientações que julgarem necessários.

Atenciosamente.

**I.M.C. ASSES. EMPRESARIAL S/S LTDA.  
CRC-ES: 002.498/O-4  
Francisco Sérgio Del Pupo  
Contador  
CRC-ES: 007.619/O**

Rua Neves Armond, 140, sala 506, Praia do Suá, CEP: 29052-280  
Vitória-ES, Tel: (27)3026-3030  
CRC-ES: 002.498/O-7



## RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Vitória-ES, 27 de março de 2018.

***Senhores Administradores e Acionistas da  
COMPANHIA DE TRANSPORTES URBANOS DA GRANDE VITÓRIA – CETURB – GV  
Av. Jerônimo Monteiro, 96 – Ed. Aureliano Hoffmann, 5º, 6º e 7º Andares  
Centro - CEP: 29010-002  
Vitória-ES***

Prezados Senhores,

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA DE TRANSPORTES URBANOS DA GRANDE VITÓRIA – CETURB – GV alusivas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas, de acordo com as normas de auditoria praticadas no Brasil.

Em Nossos exames de auditoria, realizamos indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e executamos procedimentos analíticos e outros procedimentos de auditoria sobre essas demonstrações financeiras, na extensão e profundidade julgadas necessárias ou possíveis às circunstâncias, estando todos os comentários, conclusões e recomendações sustentados na posição dos saldos, documentação de suporte e nos registros das transações, todos selecionados em critérios aleatórios e específicos de amostragem.

Examinamos também a conformidade do regime de tributação adotado pela Cia em face da legislação em vigor bem como o cumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas pertinentes.

Formulamos ainda comentários sobre a situação de solvência, dependência de recursos de terceiros e outros índices para, a partir destes dados, demonstrar a situações econômico-financeira da Cia.

Considerando os procedimentos mencionados, emitimos o relatório circunstanciado contendo comentários, recomendações e conclusões, conforme o caso, referentes às demonstrações financeiras citadas.



## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Vitória-ES, 28 de março de 2017.

***Senhores Administradores e Acionistas da  
COMPANHIA DE TRANSPORTES URBANOS DA GRANDE VITÓRIA – CETURB – GV  
Av. Jerônimo Monteiro, 96 – Ed. Aureliano Hoffmann, 5º, 6º e 7º Andares  
Centro - CEP: 29010-002  
Vitória-ES***

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA DE TRANSPORTES URBANOS DA GRANDE VITÓRIA – CETURB-GV**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria que requerem o cumprimento de exigências éticas, pelos auditores, e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável no sentido de que as demonstrações financeiras estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras que, por sua vez, dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas



pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Por todo o exposto, acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

#### **Outros Assuntos**

As demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, utilizadas como base de comparação com as de 2017, também foram examinadas por nossos auditores independentes.

Vitória-ES, 27 de março de 2018.

***I.M.C. ASSES. EMPRESARIAL S/S LTDA.***

***CRC-ES: 002.498/O-4***

***Francisco Sérgio Del Pupo***

***Contador***

***CRC-ES: 007.619/O***

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

**Aos**  
**Administradores e Acionistas da**  
**Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória – CETURB-GV**  
**Vitória-ES**

1. Examinamos o balanço patrimonial da *Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória – CETURB-GV*, levantado em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de vossa administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas contábeis e estimativas mais representativas adotadas pela administração da sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. As demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins comparativos, foram também auditadas por nossos auditores independentes.

4. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da *Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória*, em 31 de dezembro de 2017, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, elaboradas de acordo com os Princípios Fundamentais da Contabilidade.

Vitória-ES, 27 de março de 2018.

***IM.C. ASSES. EMPRESARIAL S/S LTDA.***  
***CRC-ES: 002.498/O-4***  
***Francisco Sérgio Del Pupo***  
***Auditor CRC-ES: 007.619/O***



## **COMENTÁRIOS, RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÕES, CONFORME O CASO, REFERENTES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 2017, a CETURB-GV registrou, descontada novas provisões para contingências de ações judiciais (R\$ 6,5 milhões), prejuízo de R\$ 1,6 milhões (R\$ 6,1 milhões, em 2016).

Acumulado, o prejuízo da Cia chega em R\$ 50,6 milhões.

Em 2017 (R\$ 46,3 milhões), em relação ao período de 2016 (R\$ 36,2 milhões), houve um aumento de receita de cerca de 28% e do lucro bruto de 54% (R\$ 20,6 milhões/R\$ 13,4 milhões).

Em contrapartida as despesas administrativas, descontadas as novas provisões para contingências, tiveram pequeno aumento de 18 milhões para R\$ 19,6 milhões, um acréscimo de 9%.

Houve também pequena perda financeira no período de 2017, inexpressiva, o que fez com a CETURB-GV mantivesse sua geração de resultados, que permaneceu minimamente deficitário (R\$ 1,6 milhões), melhorando, entretanto, em muito com relação aos exercícios anteriores.

Os ativos circulantes tiveram um aumento expressivo (de R\$ 2 para R\$ 5,7 milhões) de cerca de 185%, devido ao excelente resultado operacional, e os ativos não circulantes, descontadas as depreciações, se mantiveram constantes.

Os passivos circulantes e não circulantes também se mantiveram constantes, salvo a as novas provisões para contingências que, em função de movimento judicial desfavorável à CETURB-GV, impediu a melhora da situação patrimonial da companhia.

Era o que tínhamos a relatar.

Vitória-ES, 28 de março de 2017.

***I.M.C. ASSES. EMPRESARIAL S/S LTDA.***

***CRC-ES: 002.498/O-4***

***Francisco Sérgio Del Pupo***

***Auditor CRC-ES: 007.619/O***

# Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória

## BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2017

### ATIVO

	Nota	2017 R\$	2016 R\$
<b><u>CIRCULANTE</u></b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	16.047,25	680.629,73
Contas a Receber e Outros Recebíveis	5	5.134.644,43	751.819,56
Almoxarifado		55.169,99	73.514,63
Adiantamentos a empregados	6	236.968,33	232.034,33
Valores a recuperar	7	260.500,70	189.812,31
Despesas Antecipadas	8	6.822,51	24.704,89
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>5.710.153,21</b>	<b>1.952.515,45</b>
 <b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Valores Cauçionados		545.043,98	569.944,83
Depósitos Judiciais	9	3.617.937,67	4.309.681,36
Investimentos		277,19	277,19
Imobilizado	10	72.765.685,90	75.418.773,28
Ativos Intangíveis	11	86.400,71	127.941,04
<b>Total do Ativo não Circulante</b>		<b>77.015.345,45</b>	<b>80.426.617,70</b>
 <b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>82.725.498,66</b>	<b>82.379.133,15</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUÍDO**

	<u>Nota</u>	<u>2017</u> <u>R\$</u>	<u>2016</u> <u>R\$</u>
<b><u>CIRCULANTE</u></b>			
Fornecedores		1.981.778,67	1.483.001,82
Salários e outras remunerações	12	11.549,36	15.520,81
Impostos a Recolher	13 e 14	2.431.516,10	1.102.771,16
Créditos diversos	15	62.208,17	62.175,58
Provisão para férias e encargos	16	2.060.831,32	2.088.330,06
Provisão contingencial	17	179.199,71	277.224,61
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b><u>6.727.083,33</u></b>	<b><u>5.029.024,04</u></b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Provisões para contingências	17	14.851.510,20	8.421.959,87
Valores caucionados	18	807.745,88	815.324,76
<b>Total do Passivo não Circulante</b>		<b><u>15.659.256,08</u></b>	<b><u>9.237.284,63</u></b>
<b><u>PATRIMONIO LIQUIDO</u></b>			
Capital Social	19	93.473.015,36	93.473.015,36
Reservas de Capital	19	17.422.268,99	17.072.730,58
Prejuízos Acumulados	19	(50.556.125,10)	(42.432.921,46)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b><u>60.339.159,25</u></b>	<b><u>68.112.824,48</u></b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO</b>		<b><u>82.725.498,66</u></b>	<b><u>82.379.133,15</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ENCERRADO EM 31/12/2017

	Nota	2017 R\$	2016 R\$
<b><u>OPERAÇÕES CONTINUADAS</u></b>			
Receitas de Vendas e Serviços	20	46.359.895,04	36.167.764,53
(-) Custo das Vendas e Serviços	21	<u>(25.723.639,10)</u>	<u>(22.791.555,27)</u>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>20.636.255,94</b>	<b>13.376.209,26</b>
Despesas Administrativas	22	(26.074.453,60)	(18.029.332,87)
Outras Receitas	19.C	887.000,88	71.818.556,83
Outros Ganhos (perdas), líquidos		-	8.762,47
Depreciação e amortização		<u>(3.083.497,49)</u>	<u>(3.191.580,56)</u>
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>(7.634.694,27)</b>	<b>63.982.615,13</b>
Receitas Financeiras		67.955,33	1.731.320,18
Despesas Financeiras		<u>(556.464,70)</u>	<u>(43.883,43)</u>
<b>DESP./REC. FINANCEIRAS, LIQUIDAS</b>		<b>(488.509,37)</b>	<b>1.687.436,75</b>
<b>LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO IR E CSSL</b>		<b>(8.123.203,64)</b>	<b>65.670.051,88</b>
<b>LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>		<b>(8.123.203,64)</b>	<b>65.670.051,88</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(8.123.203,64)</b>	<b>65.670.051,88</b>
Ações em Circulação no Final do Exercício		<b>93.473.015,36</b>	<b>93.473.015,36</b>
<b>Lucro Líquido por ação do Capital Social no Fim do Exercício</b>		<b>(0,09)</b>	<b>0,70</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO****BALANÇO ENCERRADO 31/12/2017**

	<u>Reserva de Capital</u>			
	<u>Capital Social</u>	<u>Outras Reservas</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Total do PL</u>
<b>Em 1º de Janeiro de 2016</b>	<b><u>93.473.015,36</u></b>	<b><u>17.899.567,76</u></b>	<b><u>(108.840.553,78)</u></b>	<b><u>2.532.029,34</u></b>
Lucro Líquido do Exercício			65.670.051,88	<b>65.670.051,88</b>
Ajuste de Exerc. Anteriores			737.580,44	<b>737.580,44</b>
Aumento de Capital				-
Recursos para aumento de capital		(826.837,18)		<b>(826.837,18)</b>
				-
<b>Em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b><u>93.473.015,36</u></b>	<b><u>17.072.730,58</u></b>	<b><u>(42.432.921,46)</u></b>	<b><u>68.112.824,48</u></b>
Lucro Líquido do Exercício			(8.123.203,64)	<b>(8.123.203,64)</b>
Ajuste de Exerc. Anteriores				-
Aumento de Capital				-
Recursos para aumento de capital		349.538,41		<b>349.538,41</b>
Constituição de Reserva				-
				-
<b>Em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b><u>93.473.015,36</u></b>	<b><u>17.422.268,99</u></b>	<b><u>(50.556.125,10)</u></b>	<b><u>60.339.159,25</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória**

### **DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

<b>Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício, Incluindo operações Descontinuadas</b>	<b>-8.123.203,64</b>	<b>65.670.051,88</b>
<b>Ajustes do Resultado do Exercício</b>		
Depreciação	3.083.497,49	3.191.580,56
Prejuízo/(Lucro) na venda de Imobilizado	-	-
	<b>3.083.497,49</b>	<b>3.191.580,56</b>
<b>Variações de Ativos e Passivos</b>		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(4.382.824,87)	1.459.787,09
Adiantamento e Despesas Antecipadas	12.948,38	(65.460,93)
Estoques	18.344,64	4.717,82
Outros ativos	(70.688,39)	-
Depósitos Judiciais	691.743,69	1.309.424,99
Fornecedores e Encargos Sociais	1.694.436,25	(278.990,79)
Outros passivos	5.728.873,92	(69.443.778,55)
	<b>3.692.833,62</b>	<b>(67.014.300,37)</b>
<b>Caixa Gerado pelas Operações</b>		
Juros Pagos	654.969,76	14.675,90
Juros Recebidos	67.723,94	1.731.320,18
	<b>722.693,70</b>	<b>1.745.996,08</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>(624.178,83)</b>	<b>3.593.328,15</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Construções e Reformas	(354.417,31)	(1.846.757,95)
Aquisição de Imobilizado	(35.524,75)	(846.613,68)
Compras de Ativos Intangíveis	-	(47.023,28)
	<b>(389.942,06)</b>	<b>(2.740.394,91)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Recursos para aumento de capital	349.538,41	(826.837,18)
<b>Caixa líquido usado nas Atividades de Financiamento</b>	<b>349.538,41</b>	<b>(826.837,18)</b>
<b>Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa e Contas Garantidas</b>	<b>(664.582,48)</b>	<b>26.096,06</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa e Contas Garantidas no Início do Exercício	680.629,73	654.533,67
Caixa e Equivalentes de Caixa e Contas Garantidas no Final do Exercício	16.047,25	680.629,73
<b>Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa e Contas Garantidas</b>	<b>-664.582,48</b>	<b>26.096,06</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **1. Contexto operacional**

A Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória – CETURB-GV é uma empresa pública estadual de direito privado, constituída sob a forma de sociedades por ações de capital autorizado vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas (SETOP-ES).

Seus únicos acionistas são o Governo do Estado do Espírito Santo (SETOP-ES), acionista majoritário e a Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN.

A CETURB-GV tem por objeto social a execução das atividades e funções do Sistema de Transportes Urbanos da Região Metropolitana da Grande Vitória, definido no artigo 2º da Lei 3.693, de 6 de dezembro de 1984. A finalidade, específica da Companhia é a de desempenhar as funções de competência do Estado, consoante o Art. 175 da Constituição Federal e o Art. 227 da Constituição Estadual.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas abaixo. Essas políticas foram empregadas uniformemente em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado.

### **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e, quando requerido foram ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos em contrapartida do resultado do período.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, as normas do Conselho Federal de Contabilidade e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC para PMEs). A Companhia adotou a NBC TG 1000, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio das Resoluções nºs 1.255/09, 1285/10 e 1.319/10.

A Companhia analisou e avaliou individualmente os novos pronunciamentos, bem como seus potenciais efeitos sobre as demonstrações financeiras, porém não foram identificados ajustes relevantes nessas demonstrações financeiras.

A elaboração dessas demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis relevantes e envolve o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia quanto à aplicação das políticas contábeis.

## **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras estão preparadas e apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da CETURB-GV.

## **2.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional em espécie, depósitos bancários e investimentos de curto prazo representados por aplicações no mercado aberto de alta liquidez, resgatáveis em até três meses e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

## **2.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber e é constituída com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica e riscos envolvidos em cada caso, em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de tais créditos.

## **2.5 Almoxarifado**

O estoque refere-se a materiais de consumo tais como material de escritório, material elétrico, material hidráulico, etc. e está avaliado pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor da reposição.

## **2.6 Depósitos judiciais**

Os depósitos judiciais são aqueles decorrentes de ações em juízo, mantidos em contas bancárias vinculadas a processos judiciais relativos a litígios fiscais e trabalhistas. São constituídos por bloqueios judiciais, bem como depósitos recursais, em moeda corrente com o objetivo de garantir a liquidação de potenciais obrigações passivas futuras. Dependendo da decisão, se favorável à Companhia, os depósitos são resgatados.

## **2.7 Valores caucionados**

Os valores caucionados são aqueles que decorrentes de garantias representados por cartas de fiança e apólices de seguros, recebidas em função de contratos pactuados com a Ceturb-GV no desenvolvimento de suas finalidades sociais.

## **2.8 Imobilizado**

O imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação. As depreciações são reconhecidas no resultado, baseando-se no método linear sobre o custo histórico dos bens corrigidos até 31 de dezembro de 1995.

## **2.9 Ativos intangíveis - programas de computador (*softwares*)**

Os custos de licenças adquiridas de programas de computador são capitalizados e amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As taxas anuais de amortização do intangível praticadas são de 20%.

## **2.10 Provisões para demandas judiciais – contingências passivas**

As provisões para contingências passivas, relacionadas a processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, são reconhecidas quando a CETURB-GV possui uma obrigação presente, legal ou mesmo não formalizada. Trata-se de obrigação presente como resultado de eventos ocorridos no passado, sendo provável a ocorrência de uma baixa de recursos para liquidar a obrigação. Uma estimativa confiável do valor a ser baixado pode ser feita.

## **2.11 Imposto de renda e contribuição social**

Os impostos incidentes sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto nos casos em que forem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto é reconhecido no patrimônio líquido.

O Imposto sobre a Renda – Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado tendo por base o resultado do período, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões estipuladas em lei. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota em vigor, incidente sobre o resultado do período antes do imposto de renda ajustado com base na lei em vigor.

## 2.12 Capital social

As ações são classificadas no Patrimônio líquido. O Capital autorizado é realizado mediante aprovação dos únicos acionistas, o Governo do Estado, por meio da Secretária de Transportes e Obras Públicas (SETOP-ES) e Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN).

## 2.13 Reconhecimento de receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e das despesas das atividades da CETURB-GV é feito em conformidade com o regime contábil de competência, sendo as receitas e as despesas reconhecidas no resultado em função de suas realizações. As receitas compreendem o valor justo da prestação de serviços recebida ou a receber, de acordo com as finalidades no decorrer do curso normal das atividades da CETURB-GV. As receitas são reconhecidas líquidas de impostos e são reconhecidas quando podem ser mensuradas com segurança e que benefícios econômicos futuros possam fluir para a Companhia.

## 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes

As demonstrações financeiras foram preparadas pela Administração que envolveu julgamentos, estimativas e a adoção de certas premissas que afetam os valores das receitas, de despesas, de ativos e de passivos, e as consequentes apresentações, tais como a provisão de passivos contingenciais e taxas de depreciação e de amortização dos bens do ativo permanente. Certas estimativas e premissas possuem incertezas quanto a sua realização, e podem provocar ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos períodos subsequentes à data dessas demonstrações financeiras.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

<b>Caixa</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Caixa	493,97	0,00
Fundo Fixo Rotativo	0,00	1.200,00
Bancos Conta Movimento	492,70	3.770,90
Aplicações Financeiras	15.060,58	675.658,83
<b>Total</b>	<b>16.047,25</b>	<b>680.629,73</b>

## 5. Direitos a receber de clientes

<b>Direitos a receber</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Serviços de publicidade	2.100,00	2.100,00
Serviços gerenciamento de transporte seletivo	223.147,61	241.600,40
Serviços gerenciamento de frota	5.134.644,43	0,00
Serviços fretamento	232.649,86	238.335,76
Aluguéis de lojas	589.815,49	469.477,93
Aluguéis de módulos	97.559,62	92.734,85
Parcelamentos	77.601,43	77.601,43
(-) Provisão p/crédito de liquidação duvidosa	(446.703,63)	(370.030,81)
<b>Total líquido</b>	<b>5.134.644,43</b>	<b>751.819,56</b>

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor da transação.

Conforme a Resolução nr. 1.255 seção 23 – quando o resultado de uma transação envolvendo a prestação de serviços pode ser estimado de forma confiável, a entidade pode reconhecer a receita associada com a transação por referência ao estágio de execução da transação ao final do período de referência. O resultado de transação pode ser avaliado de forma confiável quando todas as condições a seguir são satisfeitas:

- a) O valor da receita pode ser mensurado de forma confiável;
- b) É provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade;
- c) O estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável;
- d) Os custos incorridos para a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados de forma confiável.

## 6. Adiantamentos a empregados

<b>Adiantamentos a empregados</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Adiantamentos de salários	1.838,08	15.810,66
Adiantamento férias	235.130,25	216.223,67
<b>Total</b>	<b>236.968,33</b>	<b>232.034,33</b>

## 7. Valores a recuperar

<b>Valores a recuperar</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
ISS Prefeitura Municipal da Serra	13.035,51	13.085,06
Tributos e contribuições a compensar	64.826,74	76.475,03
Cessão de pessoal a receber	182.638,45	100.252,22
<b>Total</b>	<b>260.500,70</b>	<b>189.812,31</b>

Os valores a recuperar referem-se a tributos a compensar ou recuperar e cessão de pessoal a receber corresponde à apropriação de fatura de pessoal cedido aos Órgãos Governamentais.

## 8. Despesas antecipadas

<b>Despesas Antecipadas</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Prêmios e Seguros a Vencer	0,00	16.345,17
Vales Transporte	4.497,35	6.171,37
Outras Despesas Antecipadas	2.325,16	2.188,35
<b>Total</b>	<b>6.822,51</b>	<b>24.704,89</b>

## 9. Depósitos judiciais

<b>Depósitos para recursos judiciais</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Depósitos para litígios fiscais	1.747.996,07	1.828.095,19
Depósitos para litígios trabalhistas	1.869.941,60	2.481.586,17
<b>Total</b>	<b>3.617.937,67</b>	<b>4.309.681,36</b>

Referem-se a depósitos recursais ou recursos financeiros bloqueados em razão de determinação judicial.

## 10. Imobilizado

<b>Imobilizado</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>93.909.470,10</b>	<b>93.906.112,01</b>
Terrenos	15.145.866,89	15.145.866,89
Terminais rodoviários	69.526.580,09	69.526.580,09
Módulos	399.000,00	399.000,00

Benfeitoria em imóveis de terceiros	2.162.814,31	2.162.814,31
Móveis e utensílios	705.460,34	705.460,34
Máquinas e equipamentos	1.999.050,50	1.963.525,75
Veículos	3.567.406,09	3.599.572,75
Instalações	183.596,31	183.596,31
Utilitários	219.695,57	219.695,57
<b>Obras em andamento</b>	<b>7.778.623,08</b>	<b>7.424.205,77</b>
Obra terminal de Carapina	323.155,25	323.155,25
Obra terminal de Itacibá	7.455.467,83	7.101.050,52
<b>Depreciação e amortização acumuladas</b>	<b>(25.691.534,24)</b>	<b>(22.721.660,67)</b>
Terminais rodoviários	(19.631.073,09)	(17.089.184,18)
Instalações	(64.867,40)	(47.293,95)
Benfeitoria em imóveis de terceiros	(875.817,06)	(716.102,22)
Móveis e utensílios	(507.470,99)	(444.425,69)
Utilitários	(142.377,26)	(124.078,34)
Máquinas e equipamentos	(1.332.026,04)	(1.179.665,74)
Veículos	(3.036.854,67)	(3.035.822,82)
Módulos	(101.047,73)	(85.087,73)
<b>Deprec. e amortiz. acumuladas Dif.IPC x BTNF</b>	<b>(3.230.873,04)</b>	<b>(3.189.883,83)</b>
Terminais rodoviários Dif.IPCxBTNF	(2.737.734,40)	(2.696.745,19)
Móveis e utensílios Dif.IPCxBTNF	(5.274,40)	(5.274,70)
Veículos Dif.IPCxBTNF	(487.573,26)	(487.573,26)
Utilitários dif. IPCxBTNF	(290,68)	(290,68)
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>72.765.685,90</b>	<b>75.418.773,28</b>

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação. As depreciações e as amortizações foram reconhecidas no resultado, baseando-se no método linear sobre o custo histórico dos bens corrigidos até 31 de dezembro de 1995.

As taxas anuais de depreciação do imobilizado praticadas são as seguintes:

Edificações/benfeitorias e módulos	4,00%
Móveis/Utensílios, Equipamentos, instalações e utilitários	10,00%
Veículos	20,00%

**11. Ativos intangíveis**

<b>Intangível</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Programas de <i>Software</i>	396.244,07	396.244,07
(-) Amortização Acumulada de <i>Software</i>	(309.843,36)	(268.303,03)
<b>Intangível líquido</b>	<b>86.400,71</b>	<b>127.941,04</b>

Os custos de licenças de programas de computador são capitalizados e amortizados pelo método linear. A amortização do intangível é feita mediante a aplicação da taxa de 20% ao ano.

**12. Salários e outras remunerações**

<b>Salários e outras remunerações</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Honorários	10.694,72	8.981,21
Pensão alimentícia	854,64	6.539,60
<b>Total</b>	<b>11.549,36</b>	<b>15.520,81</b>

As remunerações de empregados e dirigentes são provisionadas com base no regime contábil de competência.

**13. Contribuições sociais**

<b>Contribuições sociais</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
INSS	1.553.466,08	573.938,71
FGTS	5.207,04	131.269,17
PIS	103.881,41	18.269,98
COFINS	416.952,62	84.323,00
<b>Total</b>	<b>2.079.507,15</b>	<b>807.800,86</b>

As contribuições sociais são provisionadas com base no regime contábil de competência.

**14. Obrigações tributárias**

<b>Obrigações tributárias</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
IRRF	266.859,62	202.570,00
ISS	62.864,31	60.297,87
Retenção na fonte PIS COFINS CSLL	22.285,02	32.102,43
<b>Total</b>	<b>352.008,95</b>	<b>294.970,30</b>

As contribuições tributárias são provisionadas e posteriormente quitadas em períodos seguintes aos do fato gerador.

**15. Credores diversos**

<b>Credores diversos</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Empréstimos de empregados	46.595,73	46.785,82
Sindicatários	4.095,59	3.408,66
Senge	17,00	34,00
Sintec-ES	7,49	7,49
Previdência complementar	808,98	0,00
Alicerce	4.361,83	3.557,08
Outros Créditos	6.321,55	8.382,53
<b>Total</b>	<b>62.208,17</b>	<b>62.175,58</b>

A conta de empréstimos de empregados registra empréstimo consignado com o Banco Banestes.

**16. Provisões para férias e encargos**

<b>Provisões para encargos sociais</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Provisão para férias	1.509.301,70	1.530.037,29
Provisão p/INSS férias	430.786,39	435.890,75
Provisão p/FGTS férias	120.743,23	122.402,02
<b>Total</b>	<b>2.060.831,32</b>	<b>2.088.330,06</b>

As provisões para encargos sociais são feitas com base no regime contábil de competência sendo posteriormente quitadas em períodos seguintes aos do fato gerador.

**17. Provisão para demandas judiciais**

<b>Provisões p/contingências CP</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Provisão p/ contingências trabalhistas	179.199,71	277.224,61
<b>Sub-total</b>	<b>179.199,71</b>	<b>277.224,61</b>
<b>Provisões p/contingências LP</b>		
Contingências trabalhistas	4.208.605,07	4.256.789,86
Contingências fiscais	2.771.760,53	2.771.760,53
Contingências cíveis	7.871.144,60	1.393.409,48
<b>Sub-total</b>	<b>14.851.510,20</b>	<b>8.421.959,87</b>
<b>Total</b>	<b>15.030.709,91</b>	<b>8.699.184,48</b>

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos de cada obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira conforme o caso.

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

**18. Valores caucionados**

<b>Cauções</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Cauções de gerenciamento	3.058,15	3.058,15
Cauções de fornecedores	804.687,73	812.266,61
<b>Total</b>	<b>807.745,88</b>	<b>815.324,76</b>

As cauções referem-se a garantias dos contratos com as empresas operadoras e prestadores de serviços. As cauções são feitas na modalidade de seguro garantia e na forma de pagamento em dinheiro. Essas cauções são renováveis até o prazo de finalização dos contratos.

## 19. Patrimônio líquido

<b>Patrimônio líquido</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Capital social	93.473.015,36	93.473.015,36
Reservas	17.422.268,99	17.072.730,58
Prejuízo acumulado	(42.432.921,46)	(108.102.973,34)
Prejuízo do exercício	(8.123.203,64)	65.670.051,88
<b>Total</b>	<b>60.339.159,25</b>	<b>68.112.824,48</b>

### a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 93.473.015,36 representado por 93.473.015 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

<b><u>Acionistas</u></b>	<b><u>Qtde. de Ações</u></b>	<b><u>%</u></b>
Governo do Estado do Espírito Santo	93.472.994	99,99998
Cia. Espírito Santense de Saneamento (CESAN)	21	0,00002
	<b>93.473.015</b>	<b>100,0000</b>

### b) Reservas de capital

Referem-se a aportes de recursos feitos pelo Governo do Estado do Espírito Santo para investimentos em inversões fixas, tais como construção, reforma e ampliação dos terminais e outros investimentos. Esses recursos são capitalizados mediante aprovação do Conselho de Administração, quando da conclusão dos investimentos.

## 20. Receitas de serviços

A receita é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e que possam ser mensurados de forma confiável.

<b><u>Receita por categoria/atividade</u></b>	<b><u>31/12/2017</u></b>	<b><u>31/12/2016</u></b>
Serviço gerenciamento	32.636.616,27	34.373.380,11
Serviço publicidade	98.352,00	27.580,00
Serviço de expediente	273.410,60	200.421,15
Multas	37.109,86	39.530,11
Aluguel	2.385.445,86	2.226.436,32
Multas contratuais	1.531,10	1.822,80
Receita luvas	1.182.838,34	674.600,00
Subvenção econômica	11.501.547,06	0,00

(-) Cancelamento receita	(685,04)	(5.658,33)
(-) Tributos s/faturamento (PIS/COFINS)	(1.756.271,01)	(1.370.347,63)
<b>Total</b>	<b>46.359.895,04</b>	<b>36.167.764,53</b>

## 21. Custo dos serviços

<b>Custos dos Serviços Prestados</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Com operação/planejamento terminais	(14.528.993,33)	(11.398.371,62)
Com vigilância/segurança	(4.341.865,81)	(4.561.945,28)
Com conservação/manutenção	(4.410.475,55)	(4.535.000,10)
Outros custos em geral (Água e Luz)	(2.442.304,41)	(2.296.238,27)
<b>Total</b>	<b>(25.723.639,10)</b>	<b>(22.791.555,27)</b>

## 22. Despesas administrativas

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Despesa com pessoal	(15.853.044,96)	(12.868.132,22)
Despesas com provisões	(7.426.251,27)	(3.179.017,46)
Despesas administrativas	(838.657,74)	(1.038.342,70)
Despesas com serviços terceirizados	(704.881,99)	(922.720,49)
Indenizações judiciais	(1.251.617,64)	(21.120,00)
<b>Total</b>	<b>(26.074.453,60)</b>	<b>(18.029.332,87)</b>

Alex Mariano  
Diretor Presidente

José Carlos Pereira Moreira  
Diretor de Planejamento

Rosane Giuberti  
Diretora de Operações

Rubem Rodrigues da Costa  
Contador-CRC/ES: 007624/O